

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos ao leitor a Edição Especial, número 21, da revista *Leituras de Economia Política (LEP)*, autogerida pelos pós-graduandos do Instituto de Economia da Unicamp. Esta Edição Especial é voltada à discussão das “Perspectivas e Rumos do Ensino e da Pesquisa em Economia no Brasil”, na qual pretendemos, por um lado, contribuir para o debate sobre a economia em momento de grandes transformações da sociedade brasileira e, por outro, ao abrir um espaço para a reflexão crítica sobre essas transformações, reforçamos os objetivos da LEP já presentes desde o nosso primeiro número, quando afirmávamos que “os propósitos [da revista] circunscrevem-se numa perspectiva crítica e não-ortodoxa para a reflexão sobre a economia e a sociedade¹.”

Nos últimos dez anos, o governo federal adotou uma série de medidas visando promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino superior e a interiorização das universidades federais, através do decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007. As medidas, segundo o governo, tinham por objetivo reduzir as desigualdades sociais no país. Em termos concretos, a partir de 2003, foram criadas 14 universidades e mais de 100 novos *campi* e o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 para 237². Apesar dessa significativa expansão quantitativa, consideramos que é necessário fazer a reflexão e o debate das reais transformações do ensino e da pesquisa no Brasil. Houve de fato uma interiorização do ensino superior da rede federal, porém não se verificou um processo paralelo na pesquisa, que ainda é majoritariamente realizada nas capitais e no litoral, apresentando dificuldades concretas de realização nos novos *campi* das universidades federais. Ademais, observa-se em muitas destas universidades uma estrutura física precária e provisória, uma insuficiência do número de professores e técnicos administrativos,

(1) “Apresentação”. *Leituras de Economia Política*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia (IE), ano 1, n. 1, set. 1995.

(2) Informações referentes até o ano de 2011, retiradas do sítio <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2013.

além da sobrecarga e degradação das condições de trabalho, que comprometem em grande medida não apenas a pesquisa como o próprio ensino.

Para discutir esse novo cenário e as perspectivas do ensino e da pesquisa brasileiros em Economia, dividimos esta Edição Especial em duas seções. A primeira contou com a contribuição de professores dos centros já consolidados do país, que forneceram um panorama das pesquisas em diferentes áreas, apontando questões de relevância ou as perspectivas para novos estudos. A segunda foi destinada às contribuições de professores que estão participando da construção dos novos centros de ensino e pesquisa em Ciências Econômicas do país, que descreveram os desafios presentes e as novas agendas de pesquisa em desenvolvimento.

Na primeira seção, o artigo “Os Rumos das Pesquisas sobre a História Econômica do Brasil: Uma Breve Nota” de Flávio Saes apresenta elementos importantes para refletir sobre os efeitos da grande expansão da pesquisa científica nas últimas décadas. O autor contrasta a produção de pesquisas recentes em história econômica do Brasil com as interpretações “clássicas”, que exerceram grande influência sobre os pesquisadores da área. Ao fazê-lo, apresenta uma avaliação crítica da produção recente, já não mais preocupada em estabelecer conexões entre a história econômica e as questões do presente, tal como faziam as interpretações “clássicas”, cujos objetivos estavam intimamente relacionados com a promoção de transformações econômicas e sociais.

Wilson Cano, em “Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento”, também enfatiza a importância do comprometimento dos economistas com a superação dos problemas nacionais. Este, no entanto, como defende o autor, parece ter dado lugar, principalmente a partir de fins dos anos 1980, aos estudos “curtoprazistas”, preocupados com temáticas relacionadas ao câmbio, aos juros, à inflação, à região e à cidade competitiva. Visando suprir essa lacuna, o autor apresenta elementos para a compreensão dos principais problemas do subdesenvolvimento e dos desafios para a retomada do desenvolvimento e, por fim, apresenta as linhas gerais para a construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

No campo da metodologia da economia, o artigo de Ana Maria Bianchi apresenta uma visão crítica sobre o processo de crescente matematização da economia, inclusive avaliando os efeitos desse processo no ensino da pós-graduação nos Estados Unidos, no qual parecem ficar comprometidos o desenvolvimento do espírito crítico e da reflexão, assim como, algumas habilidades como a comunicação oral e escrita. Outros elementos discutidos pela autora são a importância da comunicação entre economistas e a audiência não especializada, crucial para a formação do debate econômica, e a definição de objetos de pesquisa que tenham relevância para a economia real, ainda que não sejam suscetíveis ao tratamento formal.

Paulo Eduardo de Andrade Baltar e José Dari Krein em “A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil” estabelecem uma relação entre a dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil e os desafios para a discussão de uma regulação pública do trabalho. Os autores destacam que de um lado o debate se concentra na defesa de uma estruturação do mercado de trabalho com implicações na qualidade das relações sociais, do outro lado está a afirmação dos negócios, que destaca a necessidade de maior flexibilização na contratação, no uso e na remuneração do trabalho. Concluem que esse debate polarizado se reflete no conteúdo e na forma das políticas públicas do trabalho e no modelo de desenvolvimento do país.

No trabalho “Apontamentos gerais sobre a financeirização mundial”, os Profs. Pedro Rozales R. Dominczak e Maurício de S. Sabadini propõem uma análise sobre alguns traços característicos do processo de financeirização da economia mundial ao longo das últimas décadas. Fundando-se no pensamento crítico e atual sobre os movimentos do capitalismo contemporâneo, o eixo condutor utilizado nesta contribuição da agenda de trabalho dos professores é a evidencia dos aspectos principais da financeirização e sua relação com a esfera produtiva do capital assinalando que o capital fictício e o capital especulativo parasitário são os pilares fundamentais da financeirização atual.

Por fim, Ademar Romeiro, no campo da economia ecológica, com o artigo “Economia Ecológica e Valoração da Natureza”, apresenta uma visão crítica da economia ambiental neoclássica, que, ao considerar os problemas ambientais como problemas de externalidade negativa, entende que a correta precificação

dos bens e serviços ecossistêmicos garante uma alocação eficiente pelas forças do mercado. Esta perspectiva, no entanto, desconsidera outras dimensões – sociocultural e ecológica – que não podem ser mensuradas a partir de métricas monetárias. Em relação à dimensão ecológica, o autor enfatiza a existência de risco de perdas irreversíveis potencialmente catastróficas. Tendo em vista essas questões, a economia ecológica apresenta uma forma alternativa de valorar os ecossistemas que pode ser relevante para a tomada de decisões.

A segunda seção se inicia com o artigo “Interiorização e interdisciplinaridade: desafios para a pesquisa em economia no contexto da expansão do ensino superior no Brasil”, o qual apresenta um breve panorama acerca das pesquisas realizadas no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), cujas atividades acadêmicas foram iniciadas em março de 2009. Para tanto, os professores Daniel Consentino e Thiago Gambi, autores do artigo, discutem o processo de interiorização do ensino superior e o desafio colocado pela interdisciplinaridade de seus cursos. Nesse contexto, os autores enfatizam os principais obstáculos encontrados no processo de consolidação das agendas de pesquisa no Instituto, que porventura, estão em construção, mediante temáticas promissoras, como a história e pensamento econômico, economia social e do trabalho, economia regional e urbana, economia industrial e economia agrícola.

Representando a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, da UNIFESP campus Osasco/SP, Cláudia Tessari e Júlio Costa discutem no artigo “O curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)”, as diretrizes e linhas de pesquisa presentes nesta universidade, com especial enfoque aos primeiros anos de formação do curso e as características de seu corpo docente. Há um destaque para a problemática do desenvolvimento econômico, importante tanto para a definição das características das disciplinas como para a formação de linhas de pesquisa.

O artigo “Alguns aspectos do ensino e da pesquisa de Economia no Brasil”, referente às atividades desenvolvidas na Universidade Federal do ABC e escrito pelo professor Vítor Schincariol, evidencia o caráter interdisciplinar dos cursos da Universidade – os alunos de economia cursam, em um primeiro momento, as disciplinas do “Bacharelado em Ciências e Humanidades”, que

abrangem inclusive temáticas da física e da biologia. Essa estrutura, segundo o autor, tem refletido nas pesquisas em economia desenvolvidas no curso, ao colocar à frente problemáticas clássicas da análise social e econômica, questões relacionadas, por exemplo, ao impacto da atividade humana no planeta.

Em consonância com o debate crítico, o Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP), da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), através do artigo “Uma experiência de agenda de pesquisa na crítica da Economia Política”, escrito por Márcio Lupatini, Roberta Traspadini, Ellen Tristão, Janaína Elisa Patti de Faria, João César Souza Ferreira, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Thiago Marques Mandarino, se propõe a descrever a iniciativa bem sucedida de desenvolvimento de um grupo de pesquisas em uma universidade, com pouco mais de sete anos de fundação. Seguindo esta proposta, o GECEP desenvolve pesquisas na área da crítica da economia política com o objetivo de compreender tanto a dinâmica do capitalismo contemporâneo quanto as particularidades da formação econômica e social da América Latina e do Brasil. O grupo, organizado em seis linhas de pesquisa, já conta com substancial quantidade de publicações bibliográficas e um número considerável de pesquisadores dentre professores e estudantes.

O artigo “Superpopulação Relativa, Dependência e Desemprego Estrutural no Brasil” desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Econômica (NEPEC), da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE/UFG), de autoria de Pedro Duarte, tem o intuito de compreender os fatores histórico-estruturais das relações de trabalho no Brasil. Tal núcleo foi formado com a finalidade de construir uma convergência em torno de uma linha de pesquisa geral, mas que, ao contrário do GECEP, ainda se encontra em fase inicial de formação.

Por fim, o artigo “A Agenda de Pesquisa da Missão do Ipea na Venezuela” visa apresentar as pesquisas desenvolvidas pelo escritório do Ipea em Caracas. Pedro Barros, autor do artigo, coloca em destaque a criação e a agenda de pesquisa em desenvolvimento por essa Missão, a qual busca fornecer informações para auxiliar nas políticas públicas de integração do Brasil com a região. É preciso salientar que, mesmo que não se enquadre nesse contexto de expansão do ensino

superior da rede federal, o trabalho é importante para a divulgação da pesquisa em economia realizada num cenário distinto das universidades brasileiras.

Como editores, gostaríamos de agradecer a todos os autores pela produção de artigos que certamente contribuirão para o debate e para a reflexão em torno das “Perspectivas e Rumos do Ensino e da Pesquisa em Economia no Brasil”. Finalmente, esperamos que o trabalho realizado pelo Conselho Editorial e pelos autores possibilite que esta Edição Especial da LEP reafirme nosso principal objetivo, que é o de contribuir para a reflexão de temas importantes para a sociedade, fomentando o debate acadêmico e a divulgação de pesquisas em diferentes áreas da economia.

O Conselho Editorial